



**Diário Oficial**  
Municípios de Santa Catarina

Quarta-feira, 20 de maio de 2026 às 11:19, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

**Nº 8347432: PL 88-2026 EDITAL DE PREGÃO 25-2026**

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Ibiam

MUNICÍPIO

Ibiam



<https://diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:8347432>

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública  
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC  
<https://diariomunicipal.sc.gov.br>





**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 88/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026**

**O MUNICÍPIO DE IBIAM**, Estado de Santa Catarina, CNPJ 01.612.745/0001-74, representado por seu Prefeito Municipal CAMILO CEZAR MINOSSO GATTI, **TORNA PÚBLICO** que fará realizar licitação pública, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, e que será regida pela Lei n.14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal n. 4499/2025, LC 123/06, também atualizada. A presente licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE BENS E PRODUTOS PARA MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES**, destinados às Secretarias Municipais de Administração e Fazenda, Educação e Infraestrutura, Obras e Transportes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, especialmente no Estudo Técnico Preliminar (I) e Termo de Referência (Anexo II).

Senhor Licitante,

**Para formação da proposta de preço e inserção no sistema COMPRAS.GOV.BR, V.S.<sup>a</sup> deverá basear-se exclusivamente nas informações do Edital**, especialmente nas especificações técnicas do objeto e demais condições do **Anexo II – Termo de Referência**, **desconsiderar as especificações do sistema. O sistema COMPRAS.GOV.BR é apenas a plataforma utilização para realização da sessão pública.**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.**

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 do dia 11/06/2026.**

**ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:45 horas do dia 11/06/2026.**

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:45 horas do dia 11/06/2026.**

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF)

**PLATAFORMA ELETRÔNICA:** [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

**USASG:** 980920

**VALOR MÍNIMO DE LANCE:** R\$ 0,01 (um centavo).

Formalização de consultas/encaminhamentos:





**LOCAL:** Sede da Prefeitura Municipal de Ibiã

**ENDEREÇO:** Travessa Leoniza Carvalho de Agostini, 20 – Centro, Município de Ibiã  
– Santa Catarina, CEP: 89652-000.

**Pregoeiro:** Fernando Caon.

**E-mail:** [fernando.caon@ibiam.sc.gov.br](mailto:fernando.caon@ibiam.sc.gov.br) ou [licita@ibiam.sc.gov.br](mailto:licita@ibiam.sc.gov.br)

**Telefone:** (49) 35340044 ou (49) 92001-3328

**Senhor Licitante,**

Para formação da proposta de preço e inserção no sistema COMPRAS.GOV.BR, V.S.<sup>a</sup> deverá basear-se exclusivamente nas informações do Edital, especialmente nas especificações técnicas do objeto e demais condições do Anexo I – Termo de Referência desconsiderar as especificações do sistema. O sistema COMPRAS.GOV.BR é apenas a plataforma utilização para realização da sessão pública.

## **1. DO OBJETO**

A presente licitação tem por objeto **a aquisição de bens e produtos para manutenção e adequação de instalações públicas municipais, destinados às Secretarias Municipais de Administração e Fazenda, Educação e Infraestrutura, Obras e Transportes**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## **2- PARTICIPAÇÃO**

2.1 - Poderão participar do presente Pregão Eletrônico as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital, e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

2.2 - Não será admitida nesta Licitação a participação de:

- a) Estrangeiras que não funcionem no País.
- b) Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público de Ibiã, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública Municipal ou quaisquer de seus órgãos descentralizados
- c) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da lei nº 14.133, de 2021;





2.3 - A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

**2.4 - Como requisito para participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.**

### **3 - REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

3.1 - Para participar do Pregão, a licitante deverá se credenciar no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO”, através do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

3.1.1 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2 - O credenciamento da licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.2 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da Licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Ibiã, promotor da Licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

### **4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

4.1 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo **especificações, valor unitário** e demais informações necessárias.

4.1.1 - A proposta de preços será formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.**

4.1.2 - As **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do art. 3º, da Lei Complementar 123/2006, clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.

4.2 - A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como sua declaração e os lances inseridos durante a Sessão Pública.





4.3 - Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico.

4.4 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

**a) Preço unitário por item e valor total da proposta** em moeda corrente nacional, em algarismos e com no máximo **duas casas decimais após a vírgula**;

**b) Especificações detalhadas** do objeto ofertado, consoante as exigências.

**c)** Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação;

**d)** Fica estabelecido em sessenta dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da Sessão. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

4.5 - Poderão ser admitidos pelo Pregoeiro erros de naturezas formais, desde que não Comprometam o interesse público e da Administração.

## **5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO**

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

## **5.4. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.**

a) O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

b) Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

## **6 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES**





- 6.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.
- 6.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 6.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
- 6.4. Em caso de empate, no critério de desempate fará o sorteio.
- 6.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 6.6. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 6.7. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.8. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).
- 6.9. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o Aberto.
- 6.10. A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 0,01 (um centavo), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

## **7 – DO MODO DE DISPUTA ABERTO**





7.1 - No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.2- A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.3- Na hipótese de não haver novos lances a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.4- Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto.

7.5- A etapa de envio de lances na Sessão Pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da Sessão Pública.

7.6- No caso de empate ficto, de acordo com a LC 123/2006, será oportunizado à Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada apresentar proposta de preço inferior àquela considerada Vencedora do Certame no prazo máximo de cinco minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, sendo que, exercida a oportunidade a que se refere este subitem, sua proposta será classificada em 1º lugar.

7.7- É considerado empate ficto quando as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até cinco por cento superior à proposta mais bem classificada da empresa normal.

7.8- Havendo mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte com proposta de preço no intervalo, proceder-se-á a classificação das mesmas, em ordem crescente, a fim de lhes assegurar a prioridade em caso de inabilitação da imediatamente melhor classificada. As demais propostas serão ordenadas na sequência, igualmente em ordem crescente.

7.9- Caso a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte recusar o benefício, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese mencionada neste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.10- Não verificada a hipótese de empate previsto na legislação ou não exercido o direito, será classificada em 1º lugar a proposta originalmente Vencedora do Certame.

## **8 – DA NEGOCIAÇÃO**







8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes

## **9 – DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS**

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e compatibilidade do preço, observando as disposições da Lei nº 14.133/2021.

9.2 - Encerrado o julgamento das propostas, será solicitada a PROPONENTE VENCEDORA, pelo pregoeiro, no sistema Comprasnet para que seja anexada a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO PRAZO MÍNIMO DE 02 (duas) HORAS.

**9.3 - De acordo com o art. 63, inciso II c/c com o art. 17, § 1º da Lei 14.133/2021, por não se tratar de inversão de fases, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor na fase de habilitação, dos quais deverão serem enviadas no prazo mínimo de 2 (duas) horas, após o envio de mensagem do(a) pregoeiro(a) via sistema.**

9.4 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários a confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado, via sistema, a encaminhá-los, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas horas).

9.5 - Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará a licitante Vencedora.

9.6 – Na hipótese da proposta ou do lance de menor preço não ser aceito, ou se a licitante Vencedora desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

9.7 – Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pela licitante Vencedora, em razão das especificações indicadas na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar a licitante







declaração expedida pela empresa, de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.

9.8 – A licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito à desclassificação do item proposto.

## **10 - HABILITAÇÃO**

A habilitação da licitante Vencedora será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

### **10.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) **Registro Comercial**, no caso de empresa individual, ou
- b) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial** e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou
- c) **Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, com as alterações.
- d) **Decreto de autorização** e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- e) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- f) **Lista de Inidôneos**, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.
- g) Consulta do cadastro no SICAF.

### **10.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- a) **Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**;
- b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**;





c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

d) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**.

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

f) **Declaração Unificada** (*anexo III*).

### **10.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

a) A licitante deverá apresentar no mínimo, **1(um) Atestado de capacidade técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, expedido em nome da licitante (pessoa jurídica), comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

### **10.4 - DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

10.4.1- As Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que quiserem participar deste Certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

10.4.2- A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

a) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de noventa dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

10.5 - As Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida, mesmo que esta apresente alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal.





10.5.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a Vencedora do Certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.5.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no §1º, do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006, implicará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou Revogar a Licitação.

## **11- DO ENVIO DOS DOCUMENTOS**

11.1 Para habilitação, as empresas interessadas em participar do pregão deverão anexar no sistema **COMPRASNET**, em local próprio para documentos, toda a documentação de habilitação. Sendo que a documentação anexada evitará a necessidade de envio da mesma por e-mail, bem como trará agilidade na verificação de habilitação das empresas vencedoras.

11.2 Os documentos na forma prevista neste Edital deverão ser inseridos no sistema [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), juntamente com a proposta. **Obs. Anexar em arquivo único e de preferência em sequência conforme edital.**

11.3 Não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido.

11.4 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão.

11.5 As declarações assinadas deverão ser realizadas preferencialmente na forma digital.

11.6 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções administrativas deste Edital, podendo o (a) Pregoeiro (a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

## **12 – DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS**

12.1 - A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no Sistema eletrônico, dos seguintes campos:

12.2 -PREÇO POR ITEM.





12.3 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de validade ou de garantia; e número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

12.4 A proposta deverá conter preço unitário por item, expresso em reais, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, incluindo todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento do objeto..

12.5 Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

12.6 Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes nos preços totais ofertados até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

12.7 A licitante deverá considerar, para formulação de sua proposta, as seguintes condições.

12.8 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

12.9 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

12.10 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.11 O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

### **13 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**

13.1 – As Impugnações ao Ato Convocatório do Pregão serão recebidas até três dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.

13.1.1 – Caberá ao Pregoeiro, encaminhar a autoridade competente que decidirá sobre a Impugnação no prazo de três dias úteis.

13.1.2 – Deferida a Impugnação contra o Ato Convocatório, poderá ser designada nova data para a realização do Certame.





## **14 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

14.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo dez minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema.

14.1.1 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a preclusão desse direito.

14.2 - A licitante que manifestar a intenção de Recurso e a mesma ter sido aceita pelo Pregoeiro, disporá do prazo de três dias úteis para a apresentação das Razões do Recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as Contrarrazões em igual número de dias.

14.3 - O Recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

14.4 - O acolhimento do Recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5 - Não serão conhecidos os Recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

14.6 - Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta Licitação, a Licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de Recurso.

## **15 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

15.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

15.2 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.3 – Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.





15.4 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.5 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.6 - A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Portal de Compras Públicas, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **16 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE**

16.1 - Na ocorrência de prorrogação do prazo de vigência contratual, pode ser concedido reajuste dos valores propostos pela Licitante Vencedora até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

16.2 - O primeiro reajuste somente ocorrerá depois de decorridos 12(doze) meses da data de protocolo das propostas e assim sucessivamente com os demais possíveis reajustes.

16.3 O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa e interesse da Administração.

## **17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

17.1 – O Município efetuará o pagamento do objeto desta Licitação, a licitante Vencedora, mediante apresentação das faturas seguindo o Decreto Municipal 4499/2025.

17.2 - As despesas decorrentes da execução do objeto da presente Licitação correrão às dotações da Lei Orçamentária.

### **Secretaria De Administração e Fazenda (Segurança Pública)**

Red.: 10

Fonte: 1500

Detalhamento: 33903024 – MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS

VALOR: R\$ 1.888,82

### **Gabinete do Prefeito e Vice-prefeito (Conselho Tutelar)**

Red.: 4

Fonte: 1500

Detalhamento: 33903024 – MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS

VALOR: R\$671,62





**Secretaria da Infraestrutura, Obras e Transporte**

Red.: 69

Fonte: 1500

Detalhamento: 33903024 – MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS

VALOR: R\$5.367,26

**Secretaria De Educação**

Red.: 32

Fonte: 1500

Detalhamento: 33903024 – MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS

VALOR: R\$558,23

**18. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**18.1 A Contratada obriga-se a:**

a) Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/2021, prestar o fornecimento dos materiais constantes do Anexo II, Termo de referência, com exatidão e zelo, atendendo as normas do presente Edital e Anexos e os termos da legislação vigente, responsabilizando integralmente pelos itens fornecidos.

b) Pessoa Jurídica que deverá atuar no ramo do objeto.

c) Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando os Órgãos Gerenciador e Participantes isentos de quaisquer responsabilidades, sendo esta civil, criminal, previdenciária, trabalhista e fiscal, em virtude da presente prestação de serviços;

d) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;







- e) Responsabilizar-se integralmente pela entrega, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhes, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.
- f) Atender, de imediato, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do objeto que não atenda ao especificado.
- g) Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do objeto, reservando ao Município o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.
- h) Manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do contrato;
- i) Arcar com todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciárias, e outros inerentes ao cumprimento do objeto deste certame, ficando o Município isento de quaisquer responsabilidades civil ou criminal;
- j) Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

## **18.2 A Contratante obriga-se:**

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- e) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;





f) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços em conformidade com o art. 117, da Lei nº 14.133/2021, através de servidor designado para este fim:

**INDICAÇÃO DOS FISCAIS DO CONTRATO:**

**Nome completo do(a) fiscal:** Amarildo Pirolli

**Nome completo do(a) fiscal:** Rodrigo Felicetti Perosa

**INDICAÇÃO DOS GESTORES DO CONTRATO:**

**Nome Completo dos Gestores do Contrato:** Loana Aparecida Bonifacio Da Silva,  
Secretária de Educação

Luiz Roberto M. Sarmento, Secretário de Administração e Fazenda

Valdir Sebastião Moreira, Secretário de Infraestrutura, Obras e Transportes

**19. DAS PENALIDADES**

19.1- Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do](#)





art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública

## **20. DISPOSIÇÕES GERAIS**

20.1 - É facultado ao Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da Licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

20.2 - Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidos à Administração Municipal no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (49) 35340044, com o Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores do Município.





20.3 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

20.4 - No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da Licitação;
- b) anulada ou revogada no todo ou em parte.

20.5- O Foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente Licitação é o da Comarca de Tangará, SC, excluído qualquer outro.

Ibiã – SC, 20 de maio de 2026.

20.8 – Fazem parte do presente Edital:

**ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar**

**ANEXO II – Termo de Referência**

**ANEXO III – Modelo de Proposta**

**ANEXO IV – Modelo de Declaração Unificada**

**ANEXO V – Minuta do Contrato**

---

CAMILO GATTI  
PREFEITO MUNICIPAL

**André Luiz Simioni**  
**Procurador Geral do Município – OAB/SC 45097**





## ANEXO I

### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 88/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. Informações Básicas

**Entidade Contratante:** Prefeitura Municipal de Ibiã - SC

**Setor requisitante:** Secretarias: Administração e Fazenda, Infraestrutura, Obras e Transporte, Educação

**Nome do Projeto:** Manutenção e Adequação de Instalações

**Tipo de contratação:** Aquisição de bens e produtos

### 2. Descrição de necessidade

A Prefeitura Municipal de Ibiã tem identificado a necessidade de manutenção e adequação de diversas instalações públicas sob sua responsabilidade, abrangendo setores essenciais como segurança, educação e infraestrutura. Atualmente, ambientes vinculados à Polícia Militar, às escolas da rede municipal e a espaços públicos administrados pela Secretaria de Infraestrutura, Obras e Transporte apresentam carências em condições físicas e estruturais, prejudicando a prestação adequada de serviços ao cidadão. A ausência ou a inadequação de itens básicos como mobiliários, revestimentos, equipamentos de ventilação e sanitários compromete, de forma direta, o conforto, a segurança, a higienização, e a funcionalidade desses ambientes.





Tais deficiências impactam negativamente tanto os servidores públicos, que encontram dificuldades no desenvolvimento de suas atividades, quanto a população atendida, que deixa de usufruir de ambientes adequados e seguros. No caso da unidade da Polícia Militar, a indisponibilidade de instalações adequadas interfere no apoio operacional e no atendimento à comunidade. No âmbito da educação, a falta de equipamentos e estruturas apropriadas pode prejudicar a saúde, o bem-estar e a aprendizagem dos alunos e colaboradores. Já nas instalações vinculadas à infraestrutura do município, a inadequação ou deterioração de espaços públicos desvaloriza o patrimônio público e pode gerar riscos à saúde da população.

Além de influenciar a imagem institucional do poder público perante a sociedade, a não resolução das situações identificadas pode resultar na ampliação dos custos com manutenções emergenciais futuras e em potenciais prejuízos decorrentes do uso inadequado ou insalubre dessas instalações. Considerando o compromisso da administração municipal com a eficiência, segurança e qualidade dos serviços prestados, torna-se indispensável buscar alternativas para viabilizar as melhorias necessárias nestes ambientes.

Portanto, a identificação do problema está centrada na existente necessidade de promover condições básicas de funcionamento, conforto e salubridade dos espaços públicos municipais. Para isso, torna-se imprescindível analisar e adotar providências que assegurem a manutenção, adequação e modernização dos ambientes, visando tanto a valorização do patrimônio municipal quanto o atendimento eficiente e digno aos munícipes.

### 3. Requisitos da contratação

Considerando o levantamento das necessidades das unidades vinculadas e diante do problema exposto, conclui-se que a solução mais eficaz para garantir a manutenção, adequação e funcionamento adequado das instalações sob responsabilidade do Município é a contratação, por meio da Secretaria de Administração e Fazenda, do fornecimento de bens em caráter eventual e de natureza não contínua, conforme as demandas





mapeadas. Os itens a serem contratados devem observar rigorosamente os seguintes requisitos:

- Os bens devem ser novos, de primeira linha, garantir durabilidade, resistência à umidade, facilidade de limpeza e conformidade com as normas técnicas e regulamentares vigentes.
- Especificações mínimas:
  - Balcão para pia de cozinha (1,20 m, MDF, portas, resistente à umidade);
  - Pia simples em aço inox (1,20 m, cuba, escoamento, compatível com balcão);
  - Cerâmica esmaltada (40 m<sup>2</sup>, cor branca, resistente, aplicação em piso/parede, fácil higienização);
  - Exaustor simples (diâmetro 30 cm, funcionamento elétrico bivolt ou 220V, ventilação adequada);
  - Lavatório com coluna (louça sanitária, cor branca, instalação convencional);
  - Vaso sanitário com caixa acoplada (louça branca, assento compatível, descarga convencional);
  - Forro em PVC rígido (200 m<sup>2</sup>, cor branca, resistente à umidade, fácil instalação e limpeza).
- Entrega dos materiais deverá ocorrer conforme cronograma pactuado, diretamente nos locais indicados pelas Secretarias solicitantes, obedecendo prazos compatíveis com a execução imediata das manutenções, não podendo ultrapassar 30 dias corridos após a contratação.
- Os fornecedores deverão apresentar certificações de qualidade e comprovação de origem dos produtos, priorizando-se, no que couber, materiais provenientes de processos sustentáveis e recicláveis.
- Os critérios de medição de desempenho incluirão a aderência às especificações técnicas, a entrega pontual e a ausência de defeitos ou vícios nos produtos.
- Itens devem ser entregues desmontados quando necessário, acompanhados de manuais, acessórios e instruções.







- A contratada deverá garantir a substituição dos materiais que apresentarem defeitos, avarias, incompatibilidades ou qualquer irregularidade constatada no momento da entrega ou durante a utilização inicial, devendo a troca ocorrer sem custos adicionais para a Administração Municipal.

Ressalta-se que os detalhamentos finais destes requisitos constarão no Termo de Referência, que orientará a seleção dos fornecedores e formará a base dos contratos.

#### 4. Levantamento de mercado

O levantamento de mercado realizado no âmbito da contratação para manutenção e adequação dos ambientes públicos municipais de Ibiã baseou-se exclusivamente em pesquisas junto ao Banco de Preços do Governo, o que assegurou a utilização de valores atualizados e compatíveis com as práticas recentes observadas em contratações similares. Para cada item necessário—balcão de pia 1,20m, bacia para pia 1,20m, pia com coluna, vaso sanitário com caixa acoplada, exaustor de 30 cm, forro e revestimento cerâmico—foi realizada uma análise de três diferentes faixas de preço (modelos simples, intermediários e premium), permitindo identificar opções que equilibrassem durabilidade, desempenho e custo, observando-se sempre o princípio da economicidade.

Em relação a cada componente analisado, os modelos intermediários foram priorizados na escolha dos materiais permanentes e equipamentos hidráulicos, por apresentarem boa resistência, facilidade de manutenção e custos compatíveis com a realidade de uso intensivo em prédios públicos, como no caso do balcão de pia (R\$ 429,99), bacia para pia (R\$ 241,63), pia com coluna (R\$ 217,11) e vaso sanitário com caixa acoplada (R\$ 367,26). Para o exaustor de 30 cm, optou-se pela alternativa que, além de garantir eficiência na ventilação dos ambientes, apresentou menor custo de aquisição e manutenção (R\$ 341,12). Quanto aos materiais de acabamento, o forro em PVC (R\$ 25,00/m²) foi escolhido sobre as opções de madeira e gesso devido à maior resistência à umidade, rapidez de instalação e





facilidade de limpeza e manutenção, características pertinentes ao uso público. Já a cerâmica branca (R\$ 30,43/m<sup>2</sup>) foi selecionada por sua resistência e padronização adequada às exigências dos diferentes ambientes públicos a serem atendidos.

A escolha dessas soluções demonstra aderência técnica e econômica ao interesse público, tendo em vista que todos os itens apresentam ampla disponibilidade no mercado, facilitando a concorrência entre fornecedores e possibilitando a obtenção das melhores propostas para o município. Além disso, a padronização dos materiais e equipamentos contribui para a redução de custos de manutenção futura, ao mesmo tempo em que assegura a funcionalidade, durabilidade e facilidade de reposição. Dessa forma, a solução adotada atende plenamente as necessidades identificadas, promovendo ambientes públicos mais seguros, salubres e alinhados à missão institucional da Administração Municipal de Ibiã.

## 5. Descrição da Solução como um todo

A solução proposta contempla o atendimento integrado às demandas de setores essenciais da Administração Municipal, priorizando a recomposição, modernização e adequação das instalações físicas de unidades vinculadas à segurança, educação e infraestrutura. Prevê-se o fornecimento e a entrega centralizada de itens fundamentais – balcão para pia, pia de cozinha, cerâmica esmaltada, exaustor, lavatório, vaso sanitário e forro em PVC – selecionados de acordo com as necessidades levantadas em cada unidade/setor, a fim de restabelecer padrões mínimos de salubridade, funcionalidade, conforto térmico/ambiental e higiene, essenciais ao uso coletivo dessas estruturas públicas.

A opção por aquisição única, com entrega em local e prazo ajustados, oferece racionalização dos custos, agilidade na resposta às necessidades identificadas e redução de tempo de indisponibilidade dos ambientes, evitando a segmentação de compras e a sobreposição de processos, o que fortalece o controle, padronização e transparência. Trata-se de solução que privilegia itens duráveis, facilmente higienizáveis e de simples instalação,





viabilizando sua adoção célere e manutenção futura com baixo custo, alinhando-se à estratégia de diminuir o ciclo de manutenções corretivas emergenciais.

A escolha da modalidade de fornecimento, ao invés de locação ou manutenção terceirizada, se justifica pelo custo-benefício de aquisição de bens de uso prolongado e pela possibilidade de adequação imediata das estruturas sem onerabilidade recorrente. Não há necessidade de assistência técnica continuada, já que os itens requeridos não demandam intervenções complexas e contam com garantia mínima do fornecedor, assegurando suporte em caso de eventuais defeitos. O transporte até o destino final, sob responsabilidade da fornecedora, garante a integridade dos produtos e praticidade administrativa.

A solução adotada consolida uma resposta eficiente à promoção de ambientes seguros, adequados e dignos na prestação do serviço público, preservando o patrimônio municipal e proporcionando ganhos de eficiência, economia e valorização institucional, por meio de processo competitivo que estimula a participação de diversos fornecedores no certame.

## 6. Estimativa de Quantitativo e do Valor

Nome do Item	Quantidade Estimada	Preço Unitário	Preço Total
1- Balcão simples em MDF para pia de cozinha, medindo aproximadamente 1,20 m, acompanhado de pia em aço inox compatível	2	R\$671,62	R\$1.343,24
2-Exaustor de parede para ventilação de ambiente, com	1	R\$341,12	R\$341,12





diâmetro aproximado de 30 cm, tipo axial, bivolt ou 220V, acompanhado de grade de proteção, compatível para instalação em parede.			
3 - Pia simples para banheiro com coluna, em louça branca.	1	R\$217,11	R\$217,11
4 - Vaso sanitário simples com caixa acoplada, em louça branca.	1	R\$367,26	R\$367,26
5 - Forro em PVC branco para revestimento de teto.	200 m <sup>2</sup>	R\$25,00	R\$5.000,00
6 - Cerâmica branca simples para revestimento de piso ou parede	40 m <sup>2</sup>	R\$30,43	R\$1.217,20
Preço global do lote <b>R\$ 8.485,93</b>			

Preço global da contratação **R\$8.485,93**

### 6.1 Dotação Orçamentária

**Secretaria De Administração e Fazenda (Segurança Pública)****Red.: 10****Fonte: 1500****Detalhamento: 33903024 – MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS****VALOR: R\$ 1.888,82****Gabinete do Prefeito e Vice-prefeito (Conselho Tutelar)**



**Red.: 4**

**Fonte: 1500**

**Detalhamento: 33903024 – MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS**

**VALOR: R\$671,62**

**Secretaria da Infraestrutura, Obras e Transporte**

**Red.: 69**

**Fonte: 1500**

**Detalhamento: 33903024 – MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS**

**VALOR: R\$5.367,26**

**Secretaria De Educação**

**Red.: 32**

**Fonte: 1500**

**Detalhamento: 33903024 – MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS**

**VALOR: R\$558,23**

## 7. Parcelamento do objeto

Considerando as características dos materiais a serem adquiridos para atender às necessidades das Secretarias de Administração e Fazenda, Educação e Infraestrutura, Obras e Transporte, entende-se que a contratação não necessita, obrigatoriamente, ser realizada com fornecedor único para todos os itens do processo.

Entretanto, devido à necessidade imediata dos materiais para manutenção e adequação dos ambientes públicos, os itens deverão ser fornecidos em prazo compatível com a demanda da Administração, permitindo a aquisição conjunta dos produtos necessários ao atendimento das atividades das Secretarias envolvidas.

Os materiais que dependem de compatibilidade técnica e funcional deverão, preferencialmente, ser fornecidos pelo mesmo fornecedor, especialmente o balcão para pia e a pia de cozinha, a fim de garantir medidas adequadas para instalação, correta utilização conjunta e melhor padronização dos itens.

Dessa forma, o parcelamento do objeto poderá ser admitido, desde que não





comprometa a compatibilidade entre os materiais, a qualidade da contratação, a eficiência administrativa e o atendimento ao interesse público, observando-se os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 8. Contratações correlatas e/ou Interdependentes

Após análise das necessidades relativas à aquisição dos materiais destinados à manutenção e adequação de ambientes públicos vinculados às Secretarias de Administração e Fazenda, Educação e Infraestrutura, Obras e Transporte, conclui-se que não há contratações correlatas ou interdependentes no âmbito da Prefeitura Municipal de Ibiã que possam influenciar diretamente a execução do presente objeto.

Os itens pretendidos atendem demandas específicas e imediatas das Secretarias envolvidas, não gerando impacto sobre outras contratações em andamento ou planejadas pela Administração Municipal. Os materiais possuem finalidade própria, voltada à manutenção e adequação de espaços públicos, sem relação operacional, logística ou administrativa com outros processos de aquisição de bens, serviços ou obras.

Dessa forma, a presente contratação possui caráter autônomo, não implicando sobreposição, duplicidade ou dependência em relação a contratos já firmados ou em execução no Município.

## 9. Plano de Contratações Anual (PCA)

A ausência de previsão da presente contratação no Plano de Contratações Anual (PCA) decorre da inexistência desse instrumento de planejamento no âmbito da Administração Municipal para o exercício vigente, motivo pelo qual não foi possível realizar a inclusão prévia da demanda.

A contratação pretendida contempla materiais destinados à manutenção e adequação de ambientes vinculados às Secretarias de Administração e Fazenda, Educação e Infraestrutura, Obras e Transporte, visando atender necessidades pontuais e imediatas relacionadas à conservação,





funcionalidade e melhoria das condições estruturais dos espaços públicos.

Ressalta-se que a demanda possui caráter necessário e relevante para o adequado funcionamento das atividades administrativas e dos serviços públicos desenvolvidos pelas Secretarias envolvidas, garantindo melhores condições de uso, higiene, segurança e atendimento aos servidores e à população.

Dessa forma, a ausência de previsão no Plano de Contratações Anual não representa falta de planejamento da Administração, mas decorre exclusivamente da inexistência formal do PCA no exercício vigente, aliada à necessidade superveniente de atendimento das demandas identificadas posteriormente.

## 10. Demonstrativos dos resultados pretendidos

A Prefeitura Municipal de Ibiã, por meio das Secretarias de Administração e Fazenda, Educação e Infraestrutura, Obras e Transporte, pretende, com a presente contratação, promover melhorias nas condições estruturais e funcionais dos ambientes públicos, visando garantir espaços mais adequados, seguros e salubres para servidores e usuários dos serviços públicos municipais.

A aquisição dos materiais busca atender necessidades de manutenção e adequação em diferentes setores da Administração Municipal, proporcionando melhores condições de uso dos espaços públicos e contribuindo para a conservação do patrimônio público.

A contratação também visa promover maior economicidade e eficiência administrativa, evitando gastos futuros com manutenções corretivas emergenciais e possibilitando melhor aproveitamento dos recursos públicos disponíveis.

Os principais resultados pretendidos são:

- Redução de custos com manutenções corretivas e emergenciais;
- Melhoria das condições de trabalho dos servidores públicos;
- Adequação e melhoria dos ambientes utilizados pela população;
- Preservação e valorização do patrimônio público municipal;
- Maior eficiência na execução dos serviços de manutenção;
- Melhor aproveitamento dos recursos materiais, humanos e financeiros;







- Ampliação das condições de higiene, conforto e segurança nos ambientes públicos;
- Atendimento adequado das demandas das Secretarias envolvidas;
- Promoção da economicidade, eficiência e interesse público na aplicação dos recursos municipais.

Dessa forma, a contratação contribui para a continuidade e melhoria dos serviços públicos prestados pelo Município, garantindo condições adequadas de funcionamento dos ambientes atendidos e promovendo maior qualidade no atendimento à população.

## 11. Providências prévias a serem adotadas

Antes da celebração do contrato para aquisição dos materiais destinados à manutenção e adequação dos ambientes vinculados às Secretarias de Administração e Fazenda, Educação e Infraestrutura, Obras e Transporte do Município de Ibiã, a Administração Municipal deverá adotar as providências necessárias para assegurar a adequada execução contratual e o correto acompanhamento do fornecimento dos itens.

Entre as principais medidas, destaca-se a designação formal dos fiscais e gestores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato em cada Secretaria envolvida, garantindo o controle da qualidade dos materiais adquiridos, o cumprimento das especificações técnicas previstas no processo de contratação e a correta destinação dos itens.

Para acompanhamento da execução contratual, ficam designado como gestor do contrato

- Secretário de Administração e Fazenda: **Luiz Roberto M. Sarmiento;**

Como fiscais do contrato:

- **Amarildo Pirolli**

- **Rodrigo Felicetti Perosa**





Os fiscais e gestores designados deverão acompanhar o processo de entrega dos materiais, realizar conferência e vistoria dos itens recebidos, atestar a conformidade dos produtos com as especificações previstas e comunicar eventuais irregularidades ou necessidades de substituição, quando constatadas.

As medidas adotadas visam assegurar a transparência, eficiência e regularidade dos atos administrativos, bem como garantir a adequada aplicação dos recursos públicos e o atendimento do interesse público municipal.

## 12. Possíveis impactos ambientais

No presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela inexistência de impactos ambientais relevantes relacionados à contratação destinada à aquisição de materiais para manutenção e adequação de ambientes públicos vinculados às Secretarias de Administração e Fazenda, Educação e Infraestrutura, Obras e Transporte do Município de Ibiã.

Os itens previstos, como balcão em MDF, pia em aço inox, cerâmica esmaltada, exaustor, lavatório, vaso sanitário e forro em PVC, são materiais de uso comum em serviços de manutenção e adequação de pequena escala, não envolvendo processos potencialmente poluidores, atividades de significativo impacto ambiental ou geração de resíduos perigosos.

Além disso, os materiais utilizados normalmente já possuem fabricação e comercialização submetidas às normas técnicas e ambientais aplicáveis, observadas pelos respectivos fabricantes e fornecedores.

Considerando a natureza da contratação e o volume reduzido das intervenções, os eventuais impactos ambientais são considerados inexistentes ou de baixa relevância, uma vez que os serviços serão executados em ambientes já edificadas e urbanizados, sem necessidade de supressão vegetal, alteração significativa do solo ou geração de efluentes.

Eventuais resíduos sólidos decorrentes da instalação ou substituição dos materiais poderão ser destinados conforme as rotinas administrativas já





adotadas pelo Município e as obrigações comuns atribuídas aos fornecedores contratados.

Dessa forma, entende-se que a presente contratação não demanda medidas mitigadoras específicas ou licenciamento ambiental, não havendo impactos ambientais relevantes decorrentes de sua execução.

### 13. Conclusão

Diante da análise realizada neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se adequada, necessária e viável para atender às demandas das Secretarias de Administração e Fazenda, Educação e Infraestrutura, Obras e Transporte do Município de Ibiã.

Os materiais previstos atendem às necessidades de manutenção e adequação dos ambientes públicos, sendo compatíveis com as finalidades pretendidas e observando critérios mínimos de funcionalidade, qualidade, durabilidade e economicidade. Verificou-se que a solução proposta é suficiente para suprir as demandas identificadas pelas Secretarias envolvidas, contribuindo para a melhoria das condições de uso, conservação e funcionamento dos espaços públicos municipais.

Além disso, não foram identificados impedimentos técnicos, operacionais ou ambientais relevantes que inviabilizem a contratação, razão pela qual se entende viável o prosseguimento do processo administrativo para aquisição dos materiais descritos neste estudo. Dessa forma, opina-se favoravelmente pela continuidade da contratação, considerando que a solução apresentada atende ao interesse público e às necessidades da Administração Municipal.

15 de Maio de 2026, Prefeitura Municipal de Ibiã -SC

**Carine Slongo Falchetti**

Estagiária

**Luiz Roberto M. Sarmento**

Secretário de Administração e Fazenda

**Loana Aparecida Bonifácio da Silva**

Secretária de Educação

**Valdir Sebastião Moreira**

Secretaria de Infraestrutura, Obras e  
Transporte

Camilo Cezar Minosso Gatti

Prefeito Municipal



ANEXO II**TERMO DE REFERÊNCIA**

- **Órgão/Entidade Demandante:** Prefeitura Municipal de Ibiã/SC
- **Unidade Requisitante:** Secretaria Municipal de Administração e Fazenda  
Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Infraestrutura, Obras e Transportes
- **Processo Administrativo nº:** 88/2026
- **Modalidade de Contratação:** Pregão Eletrônico 25/2026
- **Fundamento Legal:** Lei nº 14.133/2021

**6. Estimativa de Quantitativo e do Valor**

Nome do Item	Quantidade Estimada	Preço Unitário	Preço Total
1- Balcão simples em MDF para pia de cozinha, medindo aproximadamente 1,20 m, acompanhado de pia em aço inox compatível	2	R\$671,62	R\$1.343,24
2-Exaustor de parede para ventilação de ambiente, com diâmetro aproximado	1	R\$341,12	R\$341,12





de 30 cm, tipo axial, bivolt ou 220V, acompanhado de grade de proteção, compatível para instalação em parede.			
3 - Pia simples para banheiro com coluna, em louça branca.	1	R\$217,11	R\$217,11
4 - Vaso sanitário simples com caixa acoplada, em louça branca.	1	R\$367,26	R\$367,26
5 - Forro em PVC branco para revestimento de teto.	200 m <sup>2</sup>	R\$25,00	R\$5.000,00
6 - Cerâmica branca simples para revestimento de piso ou parede	40 m <sup>2</sup>	R\$30,43	R\$1.217,20
Preço global do lote <b>R\$ 8.485,93</b>			

Preço global da contratação **R\$8.485,93**

1.1 Aquisição de bens e produtos para manutenção e adequação de instalações, nos termos do Estudo Técnico Preliminar, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto n 10.818, de 27 de setembro de 2021.





1.4 1.4 O prazo de vigência da contratação será até a conclusão da entrega, recebimento definitivo e pagamento do objeto, observado o prazo máximo de 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação a vigência da contratação.

## **2. Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação**

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 A ausência de previsão da contratação pretendida no Plano de Contratações Anual decorre da inexistência do PCA no âmbito deste órgão, tratando-se de demanda imprescindível e emergencial, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar.

## **3. Descrição da Solução como um Todo Considerado o Ciclo de Vida do Objeto e Especificação do Produto**

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 A solução proposta contempla o atendimento integrado as demandas de setores essenciais da Administração Municipal, priorizando a recomposição, modernização e adequação das instalações físicas de unidades vinculadas a





segurança, educação e infraestrutura.

3.3 Prevê-se o fornecimento e a entrega centralizada de itens fundamentais selecionados de acordo com as necessidades levantadas em cada unidade e setor, a fim de restabelecer padrões mínimos de salubridade, funcionalidade, conforto térmico, ambiental e higiene.

#### 4. Requisitos da Contratação

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, priorizando-se materiais provenientes de processos sustentáveis e recicláveis.

4.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei n 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### 5. Modelo de Execução do Objeto

5.1 O prazo de entrega dos bens é de no máximo 30 dias corridos, contados da assinatura do contrato, em remessa única, diretamente nos locais indicados pelas Secretarias solicitantes.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.







5.3 Os bens deverão ser entregues nos endereços das unidades vinculadas as Secretarias de Administração e Fazenda, Infraestrutura, Obras e Transporte, e Educação do Município de Ibiã-SC.

5.4 Os materiais deverão possuir garantia legal contra defeitos de fabricação, obrigando-se a contratada a substituir os itens que apresentarem defeitos ou inconformidades.

5.5 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.





5.12 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 6. Modelo de Gestão do Objeto

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3 A gestão do contrato será exercida pelos servidores **Amarildo Pirolli e Rodrigo Felicetti Perosa**, responsável pelo acompanhamento geral da execução contratual e adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste.

6.4 A fiscalização técnica do contrato será realizada pelos servidores **Luiz Roberto M. Sarmento, Loana Aparecida Bonifácio da Silva e Valdir Sebastião Moreira**, ou por seus respectivos substitutos, cabendo-lhes acompanhar a entrega dos materiais, verificar a conformidade dos produtos fornecidos e registrar eventuais ocorrências relacionadas à execução contratual.

6.5 A fiscalização administrativa ficará responsável pelo acompanhamento dos aspectos administrativos, documentais, fiscais e financeiros da contratação, observadas as atribuições previstas na Lei nº 14.133/2021.

6.6 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.





6.7 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.9 Cabe ao gestor do contrato coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução.

## 7. Infrações e Sanções Administrativas

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n 14.133, de 2021, o Contratado que der causa a inexecução parcial do contrato, der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, der causa a inexecução total do contrato, ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado, apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, ou praticar ato lesivo previsto no art. 5 da Lei n 12.846, de 1 de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.





7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas correspondentes a inexecução total ou parcial grave, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas condutas fraudulentas ou inidôneas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa moratória de 0,5 por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias.

7.2.5 Multa compensatória de 10 por cento do valor da contratação para inexecução total do contrato.

7.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n 14.133, de 2021.





## 8. Critérios de Medição e de Pagamento

8.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 dias, a contar da notificação da contratada, as suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.5 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7, parágrafo 3 da Instrução Normativa SEGES/ME n 77/2022.

8.6 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n 77, de 2022.

8.7 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.





8.8 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

## 9. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor e Forma de Fornecimento

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

9.2 O fornecimento do objeto será integral.

9.3 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e qualificação econômico-financeira exigidos na Lei n 14.133 de 2021.

9.4 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a do objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

## 10. Estimativas do Valor da Contratação

10.1 O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$8.485,93** (oito mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e noventa e três centavos).

10.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## 11 Adequação Orçamentária

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, conforme abaixo:





**Secretaria De Administração e Fazenda (Segurança Pública)**

Red.: 10

Fonte: 1500

Detalhamento: 33903024 – MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS

VALOR: R\$ 1.888,82

**Gabinete do Prefeito e Vice-prefeito (Conselho Tutelar)**

Red.: 4

Fonte: 1500

Detalhamento: 33903024 – MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS

VALOR: R\$671,62

**Secretaria da Infraestrutura, Obras e Transporte**

Red.: 69

Fonte: 1500

Detalhamento: 33903024 – MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS

VALOR: R\$5.367,26

**Secretaria De Educação**

Red.: 32

Fonte: 1500

Detalhamento: 33903024 – MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS

VALOR: R\$558,23

## 12. Disposições Finais

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

18 de maio de 2026, Prefeitura Municipal de Ibiã -SC

Flávia Araldi

Diretora de Licitações

Luiz Roberto M. Sarmento







Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

Folha Nº \_\_\_\_\_

Rubrica \_\_\_\_\_

Secretário de Administração e Fazenda

Loana Bonifácio

Secretária de Educação

Valdir Sebastião Moreira

Secretário de Infraestrutura, Obras e Transportes





**ANEXO III**

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 88/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026**

**MODELO PROPOSTA DE PREÇO**

**RAZÃO SOCIAL:**.....

**CNPJ:**.....

**INSC. ESTADUAL:**.....

**ENDEREÇO:**.....

**E-MAIL:**.....

**TELEFONE;** .....

**BANCO:** .....

**AGENCIA:** .....

**CONTA CORRENTE:**.....

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	Preço Unitário	Preço Total

**Total Geral:**

**Validade mínima da proposta 60(sessenta dias) dias**

\_\_\_\_\_  
Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa





**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2026**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

Objeto:

\_\_\_\_\_.

O Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Ibiã/SC

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ/MF nº ....., com sede na \_\_\_\_\_, através de seu representante legal infra-assinado que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação. (\*)

(\*) Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

• Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.





- Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
- Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Que nos quadros da empresa inexistem sócios, gerentes ou diretores que sejam membro ou servidor em exercício neste município, ocupante de cargo de direção na Administração Pública, servidores cedidos ou colocados à disposição desta Prefeitura direta ou indireta, ou ainda, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;
- Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Pregão Eletrônico;
- Ocorrerão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços do objeto;
- Que o ato constitutivo apresentado é o vigente;
- Que são autênticas as cópias e as assinaturas dos documentos apresentados;
  - Declaramos para os devidos fins que os produtos entregues são de boa qualidade;
- Declara, sob as sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.





• Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a).  
....., Portador(a) do RG sob nº  
..... e CPF nº .....,  
cuja função/cargo é ..... (sócio  
administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do contrato.**

• Declaramos, para os devidos fins que a Conta Corrente p/ Depósito: .....  
Banco: ..... Agência:.....

• Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, encaminhar contrato assinado para o seguinte endereço:

• **E-mail:** \_\_\_\_\_

• **Telefone:** ( ) \_\_\_\_\_

• **Cidade:** ..... **Bairro:**..... **Rua:**..... **nº** ..... **CEP:**.....

• Caso altere o citado e-mail, telefone ou endereço comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Ibiã, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos;

• Nomeamos e constituímos o senhor(a) ....., portador(a) do CPF/MF sob nº ..... , para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no contrato.

....., ....., de 2026.

**Assinatura do Responsável pela Empresa**





**ANEXO V**

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 88/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026**

**MINUTA DO CONTRATO Nº**

Que entre si fazem o Município de Ibiã-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiã - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. CAMILO CÉZAR MINOSSO GATTI denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, ....., CNPJ: ....., pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º ....., com sede na Rua ....., neste ato representado pelo Sr. ...., de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Pregão nº 25/2026, Processo Licitatório 88/2026, sujeitando-se as normas da Lei 14.133 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 25/2026, homologado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente contrato a **aquisição de bens e produtos para manutenção e adequação de instalações, destinados às Secretarias Municipais de Administração e Fazenda, Educação e Infraestrutura, Obras e Transportes**, em conformidade com o Edital do Pregão Eletrônico nº 25/2026, com o Termo de Referência, com a proposta vencedora e com as demais peças que integram o Processo de Licitação nº 88/2026.





1.2. O objeto contratual compreende o fornecimento dos materiais destinados à manutenção e adequação de instalações, constantes nos itens licitados, observadas as especificações mínimas previstas no Termo de Referência, devendo os produtos ser novos, sem uso, em embalagem original do fabricante, íntegros, sem avarias, deformações ou sinais de violação, em conformidade com as normas técnicas vigentes e adequados à finalidade a que se destinam.

1.3. Integram o padrão mínimo de qualidade do objeto, sem prejuízo de outras exigências constantes do edital e do Termo de Referência:

I – Integridade física dos materiais e embalagens;

II – Conformidade dos materiais com as especificações técnicas exigidas;

III – Compatibilidade entre os itens fornecidos;

IV – Observância das normas técnicas brasileiras aplicáveis;

V – Correspondência entre os materiais entregues e as especificações da proposta adjudicada.

1.4. O fornecimento do objeto será realizado em entrega única, conforme quantitativos previstos no Termo de Referência e mediante emissão de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente expedido pelo setor competente.

1.5. As entregas deverão ocorrer no local indicado pela Administração na respectiva Autorização de Fornecimento ou solicitação equivalente, podendo ser designado como local de recebimento qualquer repartição pública municipal previamente informada pelo Município.

1.6. O objeto deste contrato destina-se exclusivamente ao atendimento das necessidades da Administração Municipal, voltadas à manutenção e adequação das instalações e edificações públicas do Município, sendo vedado o fornecimento de materiais em desacordo com a







destinação, qualidade, quantidade e especificações estabelecidas neste instrumento, no Termo de Referência e nos demais documentos que integram a contratação.

1.7. Vinculam-se a este contrato, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº 25/2026, o Termo de Referência, a proposta da CONTRATADA, os atos do procedimento licitatório e a legislação aplicável, prevalecendo, em caso de divergência, o interesse público, a legalidade do procedimento e a interpretação sistemática do ajuste.

1.7.1 Em caso de divergência entre os documentos vinculados ao presente contrato, prevalecerão as disposições do Edital, do Termo de Referência e o interesse público, observada a legislação aplicável.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Pela execução do objeto descrito na Cláusula Primeira, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores constantes da proposta vencedora homologada no procedimento licitatório, perfazendo o valor total de **R\$ 8.485,93 (oito mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e noventa e três centavos)** correspondente ao quantitativo total contratado.

2.2. Estão compreendidos no preço contratado todos os custos diretos e indiretos necessários ao fiel cumprimento do objeto, inclusive despesas com aquisição, embalagem, carga, descarga, transporte, frete, seguro, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, custos operacionais, despesas administrativas, substituições por vício, defeito ou desconformidade, bem como quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, nada mais sendo devido além dos valores expressamente pactuados, ressalvadas as hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro.

2.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, observada a seguinte vinculação:

**Secretaria De Administração e Fazenda (Segurança Pública)**

Red.: 10

Fonte: 1500

Detalhamento: 33903024 – MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS





VALOR: R\$ 1.888,82

**Gabinete do Prefeito e Vice-prefeito (Conselho Tutelar)**

Red.: 4

Fonte: 1500

Detalhamento: 33903024 – MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS

VALOR: R\$671,62

**Secretaria da Infraestrutura, Obras e Transporte**

Red.: 69

Fonte: 1500

Detalhamento: 33903024 – MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS

VALOR: R\$5.367,26

**Secretaria De Educação**

Red.: 32

Fonte: 1500

Detalhamento: 33903024 – MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS

VALOR: R\$558,23

2.4. A existência de dotação orçamentária e a emissão da respectiva nota de empenho constituem pressupostos para a realização dos pagamentos devidos, observadas as normas financeiras e orçamentárias aplicáveis à Administração Pública.

2.5. O preço contratado permanecerá vinculado à proposta vencedora e às condições da licitação, sem prejuízo da disciplina específica de reajuste e de reequilíbrio econômico-financeiro prevista neste contrato, vedada alteração remuneratória sem amparo legal e sem a devida comprovação documental.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

3.1. O fornecimento será executado em entrega única, mediante emissão de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente expedido pelo setor competente, observado o quantitativo contratado, no qual constarão o local de entrega e as orientações operacionais pertinentes.





3.2. A CONTRATADA deverá realizar a entrega dos produtos no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da respectiva Autorização de Fornecimento, no local indicado pela Administração, em dias úteis e durante o horário de expediente, salvo ajuste diverso formalmente autorizado pelo setor requisitante.

3.3. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo transporte, carga, descarga, acondicionamento e entrega dos produtos, devendo adotar todas as cautelas necessárias para preservar a integridade física, a qualidade, a segurança sanitária e a adequação dos itens até o efetivo recebimento pela Administração.

3.4. Os produtos entregues deverão observar rigorosamente as especificações contratuais e do Termo de Referência, especialmente quanto a:

I – estar em conformidade com as especificações técnicas exigidas;

II – apresentar integridade física, sem avarias, deformações ou danos;

III – estar em embalagem original do fabricante, quando aplicável;

VI – possuir compatibilidade entre os itens fornecidos;

V – observar as normas técnicas brasileiras aplicáveis.

3.5. O recebimento do objeto dar-se-á em duas etapas:

I – **recebimento provisório**, no ato da entrega, mediante conferência inicial da quantidade, da integridade aparente das embalagens e da correspondência com a Autorização de Fornecimento;

II – **recebimento definitivo**, após verificação detalhada da conformidade dos produtos com as exigências contratuais, com o Termo de Referência e com as normas aplicáveis, especialmente quanto à qualidade, especificações, funcionamento, compatibilidade, integridade e ausência de defeitos ou avarias.





3.6. O recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto, nem afasta o dever da CONTRATADA de responder por vícios, defeitos, desconformidades, irregularidades de qualidade ou inadequação dos produtos fornecidos.

3.7. Serão recusados, no todo ou em parte, os produtos que apresentarem qualquer das seguintes hipóteses:

- I – desacordo com as especificações contratuais ou do Termo de Referência;
- II – quantidade divergente da solicitada;
- III – embalagens violadas, danificadas, deformadas ou com sinais de deterioração;
- IV – prazo de validade inadequado ou vencido;
- V – defeitos, avarias ou qualquer circunstância que comprometa a qualidade ou a segurança para consumo;
- VI – ausência de informações obrigatórias de rotulagem ou procedência.

3.8. Na hipótese de recusa, total ou parcial, a CONTRATADA deverá promover, às suas expensas e sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, a **substituição dos produtos rejeitados** no prazo fixado pela Administração na notificação formal, mantidas integralmente as condições originais da contratação.

3.9. Verificada a impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente o fato ao CONTRATANTE **imediatamente após a ciência do impedimento**, apresentando justificativa circunstanciada e documentação comprobatória, sem que tal comunicação, por si só, gere direito à prorrogação automática do prazo ou afaste eventual responsabilização contratual.

3.10. O recebimento definitivo será formalizado por servidor designado, mediante ateste no documento fiscal correspondente ou por outro registro formal idôneo, desde que constatado o atendimento integral das exigências contratuais.





3.11. A aceitação provisória ou definitiva não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, segurança, adequação e conformidade dos produtos fornecidos, permanecendo ela obrigada a reparar, substituir ou corrigir, às suas expensas, quaisquer irregularidades posteriormente identificadas.

3.12. O fornecimento somente será considerado regularmente executado quando os produtos forem entregues, conferidos, aceitos e atestados pela Administração, na forma desta cláusula e das demais disposições contratuais.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO**

4.1. O pagamento devido à CONTRATADA será efetuado **após o recebimento definitivo do objeto**, mediante apresentação da respectiva **nota fiscal** e do **arquivo XML**, os quais deverão ser encaminhados aos endereços eletrônicos indicados pela Administração, observadas as exigências deste contrato, do Termo de Referência e do Decreto Municipal nº 4499/2025.

4.2. O pagamento ficará condicionado, cumulativamente:

- I – à efetiva entrega dos produtos na forma solicitada;
- II – ao recebimento definitivo e ao ateste pelo servidor competente;
- III – à apresentação regular da documentação fiscal correspondente;
- IV – à inexistência de vícios, defeitos ou pendências relacionadas ao objeto fornecido;
- V – à observância da ordem cronológica e dos procedimentos administrativos aplicáveis no âmbito municipal, na forma do Decreto Municipal nº 4499/2025.

4.3. A nota fiscal deverá ser emitida em conformidade com o objeto efetivamente fornecido, contendo os elementos necessários à liquidação da despesa, inclusive identificação do contrato, do processo licitatório, da Autorização de Fornecimento, do quantitativo entregue e demais dados exigidos pela Administração.

4.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que a Administração, por meio do setor competente, proceder ao protocolo regular do





documento fiscal apto à liquidação, acompanhado do respectivo ateste de recebimento definitivo.

4.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, inconsistência nos dados do fornecimento, divergência entre os itens faturados e os efetivamente entregues, ausência do arquivo XML, pendência documental ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até a regularização pela CONTRATADA, sem que disso decorra direito à atualização monetária ou compensação financeira durante o período de saneamento imputável à fornecedora.

4.6. Antes de cada pagamento, a Administração poderá verificar a manutenção das condições de habilitação e regularidade exigidas na contratação, inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, adotando as providências administrativas cabíveis em caso de irregularidade superveniente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.7. Constatada irregularidade sanável, a CONTRATADA poderá ser notificada para promover sua regularização no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da adoção das medidas legais e contratuais pertinentes.

4.8. O pagamento será realizado apenas em relação às quantidades efetivamente entregues, recebidas definitivamente e aceitas pela Administração, vedado qualquer pagamento antecipado, bem como o pagamento de itens rejeitados, não entregues ou fornecidos em desacordo com este contrato.

4.9. Quando do pagamento, serão observadas as retenções tributárias legalmente cabíveis, na forma da legislação aplicável, ressalvadas as hipóteses de tratamento tributário favorecido regularmente comprovadas pela CONTRATADA.

4.10. Nos casos de eventual atraso de pagamento imputável exclusivamente ao CONTRATANTE, e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para a mora administrativa, poderão incidir os encargos legalmente cabíveis, na





forma da legislação aplicável e dos critérios administrativos adotados pelo Município, observada a devida apuração no processo correspondente.

4.11. O pagamento não importa em quitação plena e irrestrita da execução contratual, permanecendo resguardado ao CONTRATANTE o direito de exigir a correção de vícios, a substituição de produtos inadequados, a reparação de danos e a aplicação das sanções cabíveis, caso constatadas irregularidades posteriormente.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

5.1. A vigência do presente contrato será de 01 (um) ano, com termo inicial na data de sua assinatura, ou se encerrará com a efetiva e integral aquisição dos materiais neste descritos, prevalecendo a condição que primeiro se verificar.

5.2. A execução do objeto ocorrerá em entrega única, mediante emissão de Autorização de Fornecimento expedida pelo setor competente, devendo a CONTRATADA observar os prazos, quantidades, local de entrega e demais orientações operacionais estabelecidas pela Administração.

5.3. A emissão da Autorização de Fornecimento constituirá o marco específico para exigibilidade da entrega, devendo a CONTRATADA cumprir integralmente as condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência e neste contrato.

5.4. Durante a execução contratual, a CONTRATADA deverá manter capacidade operacional suficiente para cumprir integralmente o fornecimento contratado, assegurando a observância dos prazos de entrega, padrão de qualidade dos materiais e conformidade com as especificações técnicas exigidas.

5.5. O término da vigência contratual não prejudicará a apuração de responsabilidades da CONTRATADA por obrigações assumidas, vícios dos materiais fornecidos, irregularidades de execução, danos causados à Administração ou a terceiros, nem afastará a incidência das sanções legal e contratualmente cabíveis.







5.6. Encerradas a entrega, o recebimento definitivo e o pagamento do objeto, considerar-se-ão integralmente cumpridas as obrigações principais decorrentes do presente contrato, permanecendo exigíveis apenas as responsabilidades posteriores decorrentes da garantia, vícios, defeitos ou demais obrigações legalmente aplicáveis.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

6.1. Os preços contratados permanecerão fixos e irremovíveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta, admitida a concessão de reajuste, após esse período, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, na forma da legislação aplicável.

6.2. Distintamente do reajuste, poderá ser reconhecido o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que comprovada, de forma robusta e idônea, a ocorrência de fato superveniente, imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, ou ainda de fato do príncipe, caso fortuito ou força maior, que tenha provocado desequilíbrio relevante entre os encargos da CONTRATADA e a remuneração contratualmente ajustada, nos termos da legislação aplicável.

6.3. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado por escrito, com exposição clara dos fatos, indicação objetiva do impacto econômico ocorrido e apresentação de documentação comprobatória suficiente, incluindo, quando pertinente:

I – notas fiscais de aquisição;

II – tabelas, listas ou pesquisas oficiais de preços;

III – planilhas comparativas de composição de custos;

IV – documentos contemporâneos à apresentação da proposta e ao momento do pedido;

V – memória de cálculo demonstrando a efetiva repercussão do evento extraordinário sobre o preço contratado.





6.4. O simples aumento ordinário de custos de mercado, a oscilação previsível de preços, a má gestão empresarial, erro de dimensionamento da proposta ou circunstância inerente ao risco normal da atividade econômica não autorizam, por si sós, a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro.

6.5. Recebido o pedido, o CONTRATANTE procederá à análise técnica e jurídica da pretensão, podendo requisitar documentos complementares, diligências ou manifestações adicionais, somente sendo admissível eventual alteração do preço após decisão administrativa formal e, se for o caso, celebração do respectivo termo aditivo.

6.6. Independentemente de solicitação da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá, quando verificada redução relevante dos preços praticados no mercado, instaurar procedimento administrativo para avaliar a necessidade de revisão contratual em benefício do interesse público, assegurada a prévia oitiva da contratada e preservada a qualidade do objeto pactuado.

6.7. Nenhum reequilíbrio econômico-financeiro será devido sem prévia formalização administrativa, sendo vedado à CONTRATADA suspender fornecimentos, retardar entregas, condicionar execuções ou emitir cobrança com valores unilateralmente alterados antes do pronunciamento formal da Administração.

6.8. A análise de reequilíbrio econômico-financeiro deverá observar, além da legislação de regência, a natureza específica do objeto contratado, a documentação produzida no processo administrativo e o dever de preservação simultânea da equação econômico-financeira do contrato e da vantajosidade para a Administração Pública.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais previstas no Edital, no Termo de Referência, na proposta apresentada, na legislação aplicável e neste contrato:





I – fornecer os produtos objeto deste contrato em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantitativas e qualitativas estabelecidas no procedimento licitatório, especialmente quanto ao especificações técnicas, integridade dos materiais, compatibilidade entre os itens e conformidade com as normas técnicas aplicáveis;

II – executar o fornecimento em entrega única, conforme as Autorizações de Fornecimento emitidas pela Administração, observando rigorosamente os prazos, locais de entrega, quantidades requisitadas e demais orientações expedidas pelo setor competente;

III – entregar os produtos em perfeitas condições de uso, conservação e utilização, devidamente acondicionados, embalados e identificados, acompanhados da respectiva documentação fiscal, contendo as informações necessárias à conferência, ao recebimento e à liquidação da despesa;

IV – responsabilizar-se integralmente pelo transporte, carga, descarga, manuseio, conservação e entrega dos produtos, suportando todos os custos correspondentes, de modo a assegurar que os itens cheguem ao local indicado em perfeitas condições de integridade e adequação de utilização;

V – garantir que os produtos fornecidos sejam originais, íntegros, de procedência regular, em conformidade com as especificações técnicas e normas aplicáveis, dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas sanitárias, consumeristas e regulatórias aplicáveis;

VI – substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas e sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, no prazo fixado pela Administração, os produtos recusados, avariados, vencidos, em desacordo com as especificações contratuais ou que apresentem defeitos, vícios, irregularidades ou qualquer condição incompatível com sua finalidade pública;





VII – responder, independentemente do recebimento provisório ou definitivo, pela qualidade, segurança, adequação e conformidade dos produtos fornecidos, permanecendo responsável por vícios aparentes ou ocultos, defeitos de fabricação, falhas de acondicionamento, irregularidades de transporte ou qualquer desconformidade verificada posteriormente;

VIII – comunicar formalmente ao CONTRATANTE, imediatamente após a ciência do fato, qualquer ocorrência que possa comprometer o regular cumprimento das obrigações contratuais, inclusive situações que possam impactar prazo, quantidade, qualidade, logística de entrega ou disponibilidade do produto, apresentando justificativa circunstanciada e documentação comprobatória;

IX – manter, durante toda a vigência contratual e enquanto perdurarem obrigações dela decorrentes, todas as condições de habilitação, qualificação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira exigidas no procedimento licitatório, comunicando prontamente eventual alteração superveniente relevante;

X – atender, com diligência e presteza, às notificações, determinações, solicitações e orientações expedidas pelo fiscal do contrato, pelo gestor contratual ou por autoridade competente do CONTRATANTE, adotando as providências necessárias à regular execução do ajuste;

XI – arcar integralmente com todos os custos diretos e indiretos da execução contratual, inclusive despesas com aquisição, frete, tributos, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, securitários, administrativos, logísticos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto;

XII – responder civil, administrativa e, quando for o caso, criminalmente, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, culpa ou dolo, defeito do produto, vício de qualidade, falha de execução, desconformidade técnica ou descumprimento contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis;





XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, nem ceder, subcontratar ou delegar sua execução sem prévia e expressa autorização da Administração, quando juridicamente cabível, permanecendo, em qualquer hipótese, integralmente responsável perante o CONTRATANTE;

XIV – emitir corretamente as notas fiscais correspondentes aos fornecimentos realizados, observando a descrição adequada do objeto, os quantitativos efetivamente entregues, o número do processo licitatório, o número do contrato, a Autorização de Fornecimento e demais dados exigidos para a liquidação regular da despesa;

XV – observar, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante à qualidade, segurança e responsabilidade pelos vícios e defeitos dos produtos fornecidos;

XVI – preservar o padrão uniforme de qualidade dos itens entregues durante toda a execução contratual, vedada a substituição por produto inferior, por marca incompatível com a proposta ou por item que não atenda às exigências mínimas do edital e do Termo de Referência;

XVII – abster-se de suspender, retardar ou condicionar o fornecimento em razão de pleitos administrativos pendentes, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas pela Administração ou amparadas por determinação formal competente;

XVIII – cumprir integralmente a legislação aplicável às contratações públicas, às normas técnicas, tributárias, consumeristas e empresariais incidentes, bem como as determinações legítimas expedidas pelos órgãos de controle e fiscalização no âmbito de suas competências.

7.2. A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, previdenciários, civis ou quaisquer outros decorrentes da execução contratual não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá





onerar o objeto do contrato ou restringir a regularidade do fornecimento, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas.

7.3. A atuação da fiscalização contratual não exclui, limita ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto, tampouco implica corresponsabilidade do CONTRATANTE por irregularidades, vícios, defeitos ou danos decorrentes do fornecimento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável, no Edital, no Termo de Referência e neste contrato:

I – emitir a Autorização de Fornecimento ou documentos equivalentes contendo as informações necessárias à execução do objeto, especialmente quanto à quantidade, local de entrega e orientações operacionais pertinentes;

II – proporcionar as condições administrativas necessárias ao regular cumprimento do contrato, prestando à CONTRATADA, quando cabível, as informações e os esclarecimentos indispensáveis à adequada execução do objeto;

III – receber os produtos entregues pela CONTRATADA, procedendo à conferência quantitativa e qualitativa, na forma prevista neste contrato, no Edital e no Termo de Referência, inclusive quanto à integridade e conformidade técnica;

IV – promover o recebimento provisório e, sendo o caso, o recebimento definitivo do objeto, mediante ateste por servidor competente, desde que verificado o atendimento integral das exigências contratuais;

V – rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações do contrato, do Termo de Referência, da proposta vencedora ou das normas aplicáveis, notificando a CONTRATADA para substituição, correção ou regularização;





VI – acompanhar e fiscalizar a execução contratual por meio de servidor ou equipe formalmente designada, registrando as ocorrências relevantes, determinando as providências necessárias à correção de falhas e adotando, quando for o caso, as medidas administrativas cabíveis;

VII – notificar formalmente a CONTRATADA sobre imperfeições, falhas, vícios, irregularidades, atrasos ou desconformidades verificadas na execução do objeto, concedendo-lhe, quando cabível, prazo razoável para saneamento, sem prejuízo da aplicação das medidas legais e contratuais pertinentes;

VIII – efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, relativamente aos materiais efetivamente entregues, recebidos definitivamente e atestados, desde que observadas as condições previstas neste contrato e na legislação aplicável;

IX – verificar, antes do pagamento ou quando necessário à gestão do contrato, a manutenção das condições de habilitação e regularidade da CONTRATADA, adotando as providências cabíveis em caso de irregularidade superveniente;

X – aplicar, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, as sanções administrativas cabíveis em caso de inexecução, execução irregular, descumprimento contratual ou infração legal praticada pela CONTRATADA;

XI – zelar pela legalidade, economicidade, eficiência, continuidade e adequada formalização da execução contratual, adotando as providências necessárias à proteção do interesse público e à correta instrução do processo administrativo correspondente;

XII – comunicar à CONTRATADA eventuais alterações de local de entrega, ajustes operacionais ou necessidades supervenientes relacionadas à execução contratual, desde que compatíveis com o objeto licitado e formalizadas de modo idôneo;

XIII – praticar os atos de gestão e fiscalização necessários à boa execução do contrato, inclusive quanto à formalização de ocorrências, análise de pedidos da contratada,







eventuais alterações contratuais, apuração de responsabilidades e adoção de medidas de regularização;

XIV – manter os registros administrativos necessários à comprovação da execução contratual, dos recebimentos, das notificações, dos pagamentos, das ocorrências e das providências adotadas ao longo da vigência do ajuste.

8.2. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que relacionados à execução deste contrato, nem por danos causados a terceiros por ato, omissão, culpa, dolo, vício do produto ou falha de execução imputável à contratada, a seus empregados, prepostos, fornecedores ou representantes, ressalvadas as hipóteses de responsabilidade legalmente impostas à Administração.

8.3. O exercício da fiscalização pelo CONTRATANTE não afasta nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução integral do objeto, pela qualidade dos materiais fornecidos e pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas.

8.4. Sempre que necessário à adequada execução contratual, o CONTRATANTE poderá expedir orientações complementares, solicitar documentos, exigir comprovações, determinar correções e adotar medidas administrativas compatíveis com suas prerrogativas legais e contratuais, desde que respeitada a legalidade, a motivação dos atos administrativos e os direitos da CONTRATADA.

## **9. CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO**

9.1. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pelo CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por meio de servidores formalmente designados para atuar na fiscalização e na gestão contratual, competindo-lhes zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas pactuadas, pela regularidade do fornecimento e pela preservação do interesse público.





9.2. Atuarão na fiscalização e gestão do contrato, conforme definido no procedimento licitatório e sem prejuízo de eventual formalização administrativa específica:

I – Gestor: Luiz Roberto M. Sarmento

II – Fiscais: Amarildo Pirolli

Rodrigo Felicetti Perosa

9.3. Compete ao fiscal do contrato acompanhar a execução material do objeto, verificar a conformidade dos materiais entregues com as especificações do edital, do Termo de Referência, da proposta vencedora e deste contrato, bem como registrar, de forma clara e objetiva, todas as ocorrências relevantes relacionadas ao fornecimento.

9.4. Compete ao fiscal do contrato, especialmente:

I – conferir a quantidade, a qualidade, integridade dos materiais, conformidade técnica e adequação às especificações do objeto;

II – proceder ao recebimento provisório e subsidiar o recebimento definitivo do objeto, na forma contratualmente estabelecida;

III – anotar em registro próprio as ocorrências verificadas na execução contratual, inclusive atrasos, falhas, desconformidades, recusas, substituições, notificações e demais intercorrências relevantes;

IV – solicitar à CONTRATADA a correção de falhas, a substituição dos materiais rejeitados e a regularização de inconformidades constatadas;

V – atestar, quando efetivamente comprovada a regular execução, os documentos necessários à liquidação da despesa;

VI – comunicar ao gestor do contrato e à autoridade competente as ocorrências que possam ensejar aplicação de sanções, glosas, retenções, alteração contratual, extinção do ajuste ou adoção de outras providências administrativas.

9.5. Compete ao gestor do contrato acompanhar a execução sob a perspectiva administrativa e funcional, promovendo a coordenação das providências necessárias ao





regular desenvolvimento do ajuste e à adequada instrução dos atos administrativos dele decorrentes.

9.6. Compete ao gestor do contrato, especialmente:

- I – supervisionar a atuação da fiscalização contratual e acompanhar os registros produzidos durante a execução;
- II – coordenar a comunicação formal com a CONTRATADA, sem prejuízo das atribuições próprias do fiscal;
- III – adotar ou propor as providências administrativas cabíveis nos casos de descumprimento contratual, irregularidade na execução, necessidade de alteração contratual, eventual prorrogação, reequilíbrio econômico-financeiro, aplicação de penalidades ou extinção do contrato;
- IV – promover a adequada instrução processual dos atos relacionados à execução contratual;
- V – zelar pela compatibilidade entre a execução prática do contrato e as disposições do edital, do Termo de Referência e deste instrumento;
- VI – encaminhar à autoridade competente as demandas cuja deliberação ultrapasse sua esfera de atuação.

9.7. As determinações da fiscalização e da gestão contratual, quando emitidas nos limites de suas atribuições e com fundamento neste contrato, no edital, no Termo de Referência ou na legislação aplicável, deverão ser observadas pela CONTRATADA, sem prejuízo do direito de apresentar, por escrito, as justificativas e impugnações que entender cabíveis.

9.8. A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não exclui, limita nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução integral do objeto, pela qualidade dos materiais fornecidos, pela observância das normas técnicas e consumeristas aplicáveis, nem pelos danos que vier a causar à Administração ou a terceiros em decorrência de sua atuação.





9.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto, bem como eventuais tolerâncias, orientações operacionais ou anotações de acompanhamento realizadas pela fiscalização, não importam renúncia a direitos do CONTRATANTE, nem afastam a possibilidade de apuração posterior de vícios, defeitos, irregularidades ou responsabilidades da CONTRATADA.

9.10. Sempre que necessário, a Administração poderá substituir formalmente os agentes designados para a fiscalização e para a gestão do contrato, hipótese em que a alteração deverá ser registrada no processo administrativo correspondente, sem necessidade de aditamento contratual, salvo se houver repercussão direta sobre cláusula expressa deste instrumento.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como a prática de atos lesivos à execução contratual, à licitação, à Administração Pública ou ao interesse público tutelado pelo presente ajuste, sujeitará a contratada às sanções administrativas cabíveis, observados a Lei nº 14.133/2021, o edital, este contrato, o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Poderão ser aplicadas à CONTRATADA, isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade do caso concreto, as seguintes sanções:

- |     |  |              |
|-----|--|--------------|
| I   | —  | advertência; |
| II  | —  | multa;       |
| III | — impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, nos limites legalmente | cabíveis;    |
| IV  | — declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, na forma da lei.                 |              |

10.3. Constituem, entre outras, hipóteses aptas a ensejar a aplicação de sanções administrativas:





- I – atraso injustificado na entrega dos materiais;
- II – fornecimento do objeto em desacordo com as especificações do edital, do Termo de Referência, da proposta vencedora ou deste contrato;
- III – entrega de materiais com vício, defeito, avaria ou qualquer desconformidade técnica;
- IV – recusa injustificada em substituir os materiais rejeitados pela fiscalização;
- V – inexecução total ou parcial do contrato;
- VI – descumprimento das determinações regulares da fiscalização, da gestão contratual ou da autoridade competente;
- VII – apresentação de informação, documento ou declaração falsa no curso da execução contratual;
- VIII – prática de ato destinado a frustrar os objetivos da contratação ou a dificultar a atuação fiscalizatória da Administração;
- IX – manutenção de conduta incompatível com a boa-fé objetiva, com a lealdade contratual e com os deveres de cooperação e transparência exigidos na execução do ajuste;
- X – qualquer outra infração administrativa ou contratual prevista na Lei nº 14.133/2021 e nos documentos que instruem a contratação.

10.4. A sanção de advertência poderá ser aplicada quando a infração for considerada de menor gravidade e não justificar penalidade mais severa, especialmente nas hipóteses de irregularidades formais, desde que não haja prejuízo relevante à execução contratual, à Administração ou ao interesse público.

10.5. A multa poderá ser aplicada nas hipóteses de inadimplemento contratual, atraso, execução irregular, recusa de substituição, descumprimento de obrigação assumida ou prática de infração administrativa relacionada à execução do contrato, observados a proporcionalidade, a razoabilidade e os parâmetros do edital.

10.6. Para fins de dosimetria da sanção de multa, poderão ser considerados, entre outros critérios:





- I – a natureza e a gravidade da infração;
- II – a extensão do prejuízo causado à Administração;
- III – a reiteração da conduta irregular;
- IV – a existência de dolo ou culpa;
- V – a vantagem auferida pela contratada;
- VI – a tempestividade, ou não, da adoção de medidas corretivas;
- VII – as peculiaridades do caso concreto e a relevância do interesse público afetado.

10.7. Sem prejuízo da apuração administrativa específica, a multa observará, quando aplicável à execução contratual e por coerência com o instrumento convocatório, os parâmetros percentuais nele previstos, podendo incidir sobre o valor da obrigação inadimplida, sobre a parcela executada em desconformidade ou, quando a gravidade do caso justificar, sobre o valor contratual, sempre mediante motivação expressa no processo administrativo correspondente.

10.8. A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar caberá nas hipóteses em que a gravidade da conduta ultrapasse o âmbito de mera irregularidade contratual e revele comprometimento relevante da confiança administrativa, da regularidade da execução ou da higidez do vínculo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será reservada às infrações mais graves, especialmente quando caracterizada conduta dolosa, fraude, falsidade, comportamento inidôneo ou prática de ato lesivo de elevada reprovabilidade, na forma e nos limites definidos em lei.

10.10. A aplicação de qualquer sanção dependerá da instauração de procedimento administrativo no qual sejam assegurados à CONTRATADA ciência dos fatos imputados, oportunidade de manifestação, produção de defesa e exercício dos recursos cabíveis, observando-se os prazos e ritos legalmente aplicáveis.

10.11. As sanções administrativas não excluem a possibilidade de:





- I – rescisão ou extinção do contrato, quando cabível;
- II – retenção de pagamentos vinculados a obrigações controvertidas, nos limites legalmente permitidos;
- III – cobrança de perdas e danos;
- IV – reparação integral dos prejuízos causados à Administração;
- V – adoção das demais medidas administrativas, judiciais ou extrajudiciais cabíveis.

10.12. A aplicação de sanção não desobriga a CONTRATADA do cumprimento da obrigação inadimplida, salvo quando a própria Administração, por decisão motivada, reconhecer a impossibilidade, inutilidade ou desnecessidade do adimplemento remanescente.

10.13. Os valores de multa eventualmente aplicados poderão ser descontados de pagamentos devidos à CONTRATADA, cobrados administrativamente ou exigidos pelos meios legais adequados, assegurado, em qualquer caso, o devido processo administrativo.

10.14. A eventual tolerância do CONTRATANTE quanto ao descumprimento pontual de obrigação contratual não implicará novação, renúncia a direito ou impedimento à aplicação posterior das medidas cabíveis, inclusive sanções administrativas, caso persista ou se renove a irregularidade.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

11.1. O presente contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital, neste instrumento e nas demais normas aplicáveis, mediante decisão administrativa motivada ou por consenso entre as partes, conforme a disciplina jurídica cabível em cada caso.

11.2. Constituem hipóteses que podem ensejar a extinção contratual, sem prejuízo de outras legalmente admitidas:

- I – o descumprimento total ou parcial das cláusulas contratuais, quando demonstrada a gravidade da inadimplência ou sua aptidão para comprometer a execução do objeto, a







finalidade pública da contratação ou a confiança necessária à manutenção do vínculo;

II – o atraso injustificado na entrega dos materiais, quando reiterado ou relevante a ponto de frustrar o atendimento da necessidade administrativa;

III – o fornecimento de materiais em desacordo com as especificações contratuais, com o edital, com o Termo de Referência ou com a proposta vencedora, especialmente quando a desconformidade não for sanada no prazo concedido pela Administração;

IV – a recusa injustificada da CONTRATADA em substituir materiais rejeitados, corrigir falhas ou atender determinações legítimas da fiscalização e da gestão contratual;

V – a perda superveniente das condições de habilitação ou de aptidão necessárias à execução contratual, quando incompatível com a manutenção do ajuste;

VI – a decretação de falência, a dissolução da empresa, a alteração substancial de sua estrutura ou finalidade ou a ocorrência de fato que evidencie comprometimento da capacidade de execução;

VII – razões de interesse público, devidamente justificadas pela autoridade competente, quando a manutenção do contrato se revelar inconveniente, desnecessária, desvantajosa ou incompatível com a finalidade administrativa;

VIII – ocorrência de caso fortuito ou força maior regularmente comprovados, quando tornarem impossível a execução do contrato;

IX – acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração e não haja prejuízo ao interesse público;

X – as demais hipóteses previstas em lei.

11.3. A extinção unilateral por iniciativa da Administração dependerá de regular apuração dos fatos e da observância do contraditório e da ampla defesa, sempre que a natureza da hipótese assim o exigir, com decisão motivada e devidamente instruída no processo administrativo.

11.4. Quando a extinção decorrer de culpa ou inadimplemento da CONTRATADA, poderão ser aplicadas, cumulativamente, as sanções administrativas cabíveis, sem





prejuízo da cobrança de perdas e danos, da retenção de créditos legalmente admissível e da reparação integral dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

11.5. A extinção consensual somente será admissível quando demonstrada sua conveniência para a Administração, a inexistência de prejuízo à continuidade do serviço público ou à finalidade da contratação e a adequada formalização no processo administrativo correspondente.

11.6. Extinto o contrato, a CONTRATADA permanecerá responsável:

- I – pelos vícios, defeitos ou irregularidades dos materiais já fornecidos;
- II – pelos danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução contratual;
- III – pelas obrigações legais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais e civis decorrentes de sua atuação;
- IV – pelas penalidades aplicadas e pelos prejuízos cuja apuração ou cobrança sobrevenha após o encerramento formal do vínculo.

11.7. A extinção do contrato não prejudicará a eficácia das cláusulas destinadas a produzir efeitos após o término da relação contratual, especialmente aquelas relativas à responsabilidade civil, à fiscalização de vícios, à apuração de penalidades, à reparação de danos, à prestação de contas da execução e ao foro competente.

11.8. Formalizada a extinção contratual, ficará vedada a emissão de nova Autorização de Fornecimento relacionada ao presente contrato, ressalvadas as providências estritamente necessárias à liquidação de obrigações já constituídas, à apuração de responsabilidades pendentes e à adoção das medidas administrativas decorrentes do encerramento do ajuste.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O presente contrato poderá ser alterado, observados o interesse público, a motivação administrativa, a prévia instrução do processo e os limites e hipóteses admitidos pela Lei





nº 14.133/2021, mediante formalização por termo aditivo, ressalvadas as situações em que a legislação autorize apostilamento ou outro instrumento simplificado cabível.

12.2. As alterações contratuais poderão decorrer, entre outras hipóteses legalmente admitidas:

- I – da necessidade de adequação quantitativa ou qualitativa do objeto, para melhor atendimento da finalidade pública da contratação;
- II – da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que demandem ajustes para preservação da execução contratual;
- III – de modificações necessárias à melhor especificação técnica da execução, desde que não haja descaracterização do objeto licitado;
- IV – da necessidade de recomposição da equação econômico-financeira, nas hipóteses legalmente cabíveis;
- V – da adoção de providências administrativas necessárias à continuidade, regularidade, adequação ou aperfeiçoamento da execução contratual, desde que compatíveis com a ordem jurídica e com os limites da contratação originária.

12.3. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, até o limite legal aplicável, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, desde que regularmente motivados e formalizados pela Administração.

12.4. Nenhuma alteração contratual poderá importar em desvirtuamento do objeto originalmente licitado, em violação à isonomia entre licitantes, em supressão indevida da competitividade, em burla ao procedimento licitatório ou em ofensa aos princípios da legalidade, da moralidade, da eficiência, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

12.5. As alterações que repercutirem sobre prazo, preço, quantidade, especificações, forma de execução, obrigações das partes ou equilíbrio econômico-financeiro dependerão





de manifestação técnica e jurídica quando exigível, bem como da devida formalização no processo administrativo correspondente.

12.6. Não serão admitidas alterações fundadas em mera conveniência informal, em erro de planejamento imputável exclusivamente à contratada, em tentativa de recomposição remuneratória sem respaldo legal ou probatório, nem em qualquer circunstância que importe em vantagem indevida ou em prejuízo à vantajosidade da contratação para a Administração.

12.7. A eventual necessidade de alteração contratual deverá ser comunicada e justificada de forma expressa no processo administrativo, com demonstração clara dos fatos, dos fundamentos jurídicos, dos impactos sobre a execução e da compatibilidade do ajuste pretendido com a legislação aplicável.

12.8. As alterações unilaterais promovidas pela Administração, quando legalmente admitidas, não afastam o direito da CONTRATADA à preservação da equação econômico-financeira do contrato, desde que demonstrado, de forma objetiva e documentalmente comprovada, o impacto efetivo da modificação sobre os encargos assumidos.

12.9. As modificações meramente formais, correções materiais, atualizações de dados cadastrais, substituição de fiscais ou gestores e demais ajustes sem repercussão substancial sobre a relação obrigacional poderão ser processados na forma administrativa adequada, desde que não importem em alteração essencial do conteúdo contratual.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO, DA PUBLICIDADE E DO FORO**

13.1. O presente contrato vincula-se, para todos os fins de direito, ao **Pregão Eletrônico nº 25/2026**, ao **Processo de Licitação nº 88/2026**, ao **Termo de Referência**, à proposta vencedora apresentada pela CONTRATADA, aos atos praticados no curso do





procedimento licitatório e à legislação de regência, especialmente à Lei nº 14.133/2021, ao Decreto Municipal nº 4499/2025 e às demais normas aplicáveis à contratação pública.

13.2. Integram este contrato, independentemente de transcrição, o edital, o Termo de Referência, a proposta adjudicada, as autorizações administrativas pertinentes, os atos formais de designação da fiscalização e da gestão contratual, bem como os demais documentos essenciais constantes do processo administrativo correspondente, prevalecendo, em caso de divergência interpretativa, a solução que melhor resguarde a legalidade, a coerência do procedimento e o interesse público.

13.3. A eficácia e a publicidade do presente contrato observarão as exigências da Lei nº 14.133/2021, bem como os meios oficiais de divulgação adotados pela Administração Municipal, inclusive quanto à publicação e disponibilização dos atos contratuais nos canais e sistemas oficialmente exigidos ou utilizados pelo ente público, sem prejuízo de outras providências administrativas cabíveis.

13.4. A formalização, a execução, o acompanhamento, os aditamentos, os apostilamentos, os pagamentos, as sanções, a extinção contratual e os demais atos relacionados a este instrumento deverão ser devidamente registrados e instruídos no respectivo processo administrativo, de modo a assegurar transparência, rastreabilidade, controle e segurança jurídica.

13.5. Eventual tolerância de uma parte para com a outra quanto ao descumprimento de obrigação contratual não importará novação, renúncia, modificação tácita do ajuste ou precedente vinculante para situações futuras, permanecendo íntegros os direitos, faculdades e prerrogativas previstos neste contrato e na legislação aplicável.

13.6. As comunicações entre as partes, quando relacionadas à execução contratual, deverão ocorrer preferencialmente por escrito, por meio físico ou eletrônico idôneo, inclusive por e-mail institucional ou outro canal formalmente admitido pela Administração, de modo a permitir comprovação, rastreamento e adequada instrução do processo administrativo.





13.7. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/2021, dos princípios que regem a Administração Pública, das normas municipais aplicáveis, das cláusulas deste contrato e, subsidiariamente, das regras gerais de direito administrativo e de direito privado incidentes à espécie, no que couber e desde que compatíveis com a natureza jurídica da contratação.

13.8. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução, interpretação ou cumprimento deste contrato, que não possam ser resolvidas na esfera administrativa, fica eleito o **Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.9. E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento, na forma admitida pela legislação vigente, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Camilo Cezar Minosso Gatti

PROPONENTE

Prefeito Municipal

VENCEDOR

CNPJ.....



## Assinantes

**Camilo Cezar Minosso Gatti**

Assinou em 20/05/2026 às 08:15:42 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de CAMILO CEZAR MINOSSO GATTI com o CPF \*\*\*.038.089-\*\*, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Eu, Camilo Cezar Minosso Gatti, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

**ANDRE LUIS SIMIONI**

Assinou em 20/05/2026 às 09:34:30 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de ANDRE LUIS SIMIONI com o CPF \*\*\*.503.139-\*\*, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Eu, ANDRE LUIS SIMIONI, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

---

## Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

**38K****GG1****GND****1K6**